

O Brasil se prepara para virar 1995 em condições muito melhores do que em 1994. A crise cambial mexicana, em dezembro de 1994, cobriu o país (e as economias emergentes da América Latina e da Ásia) de previsões catastróficas. Além da erosão das reservas cambiais, diante de elevados déficits do comércio exterior, dava-se como favas contadas o fim do Plano Real.

O tempo ensinou que a equipe econômica estava no rumo certo. Exatamente um ano depois da crise do México, o problema cambial brasileiro é hoje frear o ingresso de divisas, para que as reservas não passem muito de US\$ 50 bilhões. Embora as exportações venham apresentando o modesto saldo mensal de US\$ 300 milhões, houve uma inversão espetacular frente aos déficits mensais que chegaram a US\$ 1 bilhão entre dezembro de 1994 e março deste ano.

Do ponto de vista oficial, o maior problema na área cambial é administrar a entrada de recursos em limite suficiente para bancar as despesas com os déficits em conta corrente (juros, fretes, *royalties* e turismo). O governo considera que há condições para a política cambial manter o fôlego do plano de estabilização.

A análise isenta indica, porém, que a política de juros altos tem seus riscos. A capacidade desigual do sistema produtivo para suportar os altos custos financeiros recomenda que se abrevie com a máxima urgência o ajuste das contas públicas. O peso das políticas monetária e cambial deve ser redistribuído mediante o equilíbrio orçamentário em todos os níveis de governo.

Tais premissas transferem para o Congresso Na-

cional a enorme responsabilidade de sustentar a estabilização. A sociedade tem dado claras demonstrações de preferir a estabilidade.

Os números da execução orçamentária mostram que as contas dos estados e municípios estão fugindo ao controle. A aprovação da Reforma Administrativa (que acaba com a estabilidade do funcionalismo público e permite o corte do excesso de pessoal e de privilégios) é essencial para que as despesas com pessoal voltem ao limite constitucional de 60% da receita. Em alguns estados, a folha de salários consome mais de 85% da receita e inibe a ação dos governadores. A reforma da previdência social está na mesma linha de prioridade.

É preocupante, por isso, a decisão do TST de autorizar o reajuste integral dos salários dos funcionários do Banco do Brasil pela inflação passada. Os 15 meses de estabilização com o Real devolveram parte do poder de compra perdido sob a indexação. Será que a experiência de 30 anos de indexação automática de preços e salários não ensinou que, nessa corrida, os salários sempre perdem dos preços?

A sociedade não agüenta mais recolher impostos para sustentar um Estado obeso, ineficiente e que não presta serviços à altura. O Brasil precisa menos de Estado e mais do setor privado na economia. A privatização de empresas e atividades hoje controladas pelo Estado tem se revelado eficaz em todo o mundo. Está na hora de fazer a escolha certa. O Congresso não pode errar.